

A proibição legal do leite não pasteurizado: a batalha pela constituição normativa de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1935¹

Giscard Farias Agra²

Resumo

O presente artigo trata da tentativa de proibição do comércio de leite não pasteurizado na cidade de Campina Grande, no ano de 1935, proibição feita por meio de um ofício do Poder Executivo municipal e que recebeu severas críticas por parte de alguns jornalistas que diziam representar os interesses do povo diante dos desmandos da classe política e médica que governava a cidade. É por meio da análise desse acontecimento que vislumbro a disputa pela autoridade de fala, os embates entre polos discursivos antagônicos desejando constituir-se como hegemônicos e associando-se a diferentes matrizes discursivas, sendo o discurso jurídico apropriado por ambas com propósitos diferenciados na constituição de uma subjetividade moderna e normativa dos corpos.

Palavras-chaves:

Leite.
Campina Grande.
História da saúde.

- 1 O presente texto foi produzido como parte da pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre os anos 2006 e 2008.
- 2 Doutor em História pela UFPE (2014), docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Introdução

A propriedade de número 42, da rua Maciel Pinheiro, no coração comercial da cidade de Campina Grande, transformou-se, naquele início de 1935, em uma trincheira de guerra. De dentro dela, um homem selecionava o alvo e liderava o ataque. A rajada de balas deixava a trincheira na forma de palavras, metáforas pejorativas ou mesmo ataques diretos à atuação de um ou outro sujeito perante a sociedade campinense.

O alvo predileto do tenente que guerreava na trincheira era o chefe do Executivo municipal, o dr. Antonio Pereira Diniz, empossado no cargo há menos de um ano. Mas outros inúmeros – e ilustres – homens públicos da cidade já haviam sido atingidos pelas balas que daí saíam, às vezes até mesmo sem direção, balas perdidas em busca de corpos para habitar.

A trincheira de guerra não poderia ter nome diferente: era onde estava instalada a redação do jornal *A Batalha*, semanário de curta duração que circulou na cidade de fins de 1934 a meados de 1935. Aquele a quem chamo de tenente responsável pela trincheira era o sr. Arlindo Corrêa, diretor do jornal, que parecia, a cada edição, angariar mais inimizades contra si, dentre administradores, poetas, médicos etc.

No intervalo de três meses, entre fevereiro e abril, Arlindo Corrêa, o jornalista, conseguiu colecionar mais duas inimizades no mundo médico de Campina Grande: a do dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização da venda do leite, e a do dr. João Arlindo Corrêa, diretor do único hospital existente na cidade, o Hospital Pedro I, inaugurado há menos de três anos.

Arlindo Corrêa, o jornalista, em fevereiro de 1935, publicou em seu jornal que algumas pessoas haviam procurado a redação para reclamar do leite que estava sendo vendido na cidade, pasteurizado pela Usina de Higienização e Pasteurização de Leite. Reclamavam da qualidade da purificação do líquido, que deixava a desejar, mas mais especialmente do fato de que o prefeito havia proibido, por meio de ofício, a venda de leite não pasteurizado por estábulos existentes na cidade.

O jornalista, assim, dizendo estar defendendo os interesses da sociedade campinense, posicionou-se contra a proibição e, desta forma, à pasteurização de todo o leite comercializado, solicitando que o médico fiscal, o dr. Diógenes Miranda, tomasse medidas urgentes para que fosse permitida a venda de leite não pasteurizado. A Arlindo Corrêa juntou-se também um advogado morador de Campina, o senhor Ascendino Moura, defendendo que não havia estudos científicos que comprovassem que o leite pasteurizado era melhor para o organismo.

O dr. Diógenes Miranda, ao saber da solicitação, fez pouco caso do pedido. Não pareceu querer de modo algum atender às solicitações ou crer nas justificativas apresentadas. A razão médica que geria a matéria estava consolidada em sua cabeça e aqueles que não a entendiam só poderiam ser ignorantes. Mas, como insistiam ainda em continuar não acreditando nas vantagens da pasteurização, de forma extremamente irônica, Miranda declarou então que o “burro” da discussão era ele.

Arlindo Corrêa entendeu o recado. E se entrincheirou mais uma vez, lançando rajadas de balas contra o médico, aquele “asno confesso”. Trocas de ofensas de lado a lado, esta questão, assim como várias outras envolvendo o jornalista, foi parar nas vias judiciais.

Mas a batalha pessoal de Arlindo Corrêa, o jornalista, atingiria seu ápice quando, na tarde do dia 2 de abril de 1935, o dr. João Arlindo Corrêa, o médico, invadiu o prédio de número 42 da Maciel Pinheiro, ameaçando fisicamente o seu quase homônimo e o jornal que dirigia. Desafetos já há alguns meses, o jornalista não poupava críticas à atuação do médico à frente do Hospital Pedro I, culminando nessa inesperada invasão da redação de *A Batalha*.

Segundo consta, João Arlindo Corrêa, o médico, teria dito que não mandava eliminar o jornalista porque “não desejava no momento”, mas “oferecimentos havia recebido”. Em resposta a estas declarações, Arlindo Corrêa, o jornalista, declarou que o “médico demoníaco” respondia “com a vida por qualquer atentado” que sofressem os redatores de *A Batalha*, “mesmo que não se possa identificar no ato, o bandoleiro pago pelo seu vil metal”³.

Eis um pequeno recorte da Campina Grande de 1935. Campina Grande às voltas com discursos do moderno, com pretensões a tornar-se grande não apenas no nome, mas econômica, política e culturalmente. Campina que, na busca pelo moderno, confrontou-se com diversos e distintos projetos de atingi-lo, que nem sempre viviam harmoniosamente entre si. Campina que viveu os seus próprios projetos de modernidade, específicos, locais e contraditórios, como tantos outros que se instalaram no Brasil naquele início do século XX.

No presente texto, apresento esse embate em torno do qual se confrontaram pelo menos dois distintos projetos: o da “ciência oficial”, protagonizada pela voz dos médicos que, em Campina Grande, naquele momento, faziam-se ouvir através do diretor do seu único hospital, o dr. João Arlindo Corrêa, principal aliado do médico-higienista dr. Diógenes Miranda; e o dos jornalistas que, aqui, são apresentados por meio da figura do sr. Arlindo Corrêa. Vislumbro, nesse ínterim, como o direito e os juristas foram apropriados por cada um dos grupos para legitimar e consolidar as suas posições.

O moderno como construção de uma (nova) sensibilidade

A polêmica que vimos mantendo com o dr. Diógenes Miranda, perdeu de tudo, a razão de ser. E que esse invencível famanaz do ridículo, com a desenvoltura mais despejada que ainda vimos, acaba de afirmar que estamos discutindo com um ‘burro’.

A Batalha, edição de 6 de fevereiro de 1935⁴

3 Os eventos centrais narrados nesta introdução foram extraídos das edições do jornal *A Batalha* que circularam no primeiro semestre de 1935 (dentre outros, cf. “Com o médico fiscal do leite”. *A Batalha*, Anno 1, n. 12, 3 de janeiro de 1935, p. 3; “Em torno da questão do leite - uma declaração surpreendente”. *A Batalha*, Anno 1, n. 17, 6 de fevereiro de 1935, p. 1 e 3; “O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d’A Batalha”. *A Batalha*, Anno 1, n. 25, 4 de abril de 1935, p. 4; “Confessando o seu pavor”. *A Batalha*, Anno 1, n. 27, 16 de maio de 1935, p. 4).

4 “Em torno da questão do leite - uma declaração surpreendente”. *A Batalha*, Ano 1, n. 17, 6 de fevereiro de 1935, p. 1 e 3.

A batalha gestada em torno da questão da pasteurização do leite, naquele início de 1935, opôs, de um lado, o jornalista Arlindo Corrêa, diretor do jornal *A Batalha*, e, do outro lado, o médico-higienista responsável pela fiscalização da venda do leite na cidade, o dr. Diógenes Miranda.

A insistência do periódico e de seu diretor em criticarem a proibição da venda de leite “natural” e em duvidarem da eficiência do leite pasteurizado provavelmente parecia absurda para a razão médica iluminada do dr. Miranda. A ciência médica, com a qual mantinha íntimas relações, havia demonstrado que no leite extraído diretamente da vaca havia pequenos seres invisíveis ao olho nu, seres que, segundo esse discurso médico, eram responsáveis por diversas doenças que afligiam as pessoas, como, por exemplo, a tuberculose e a brucelose.⁵

Isso posto, o leite deveria passar por um processo técnico-científico de purificação, a fim de que esses microorganismos que nele viviam fossem separados do líquido, para que este pudesse ser bebido sem o perigo de contaminação, sem o perigo à vida que os micróbios representavam. Esse processo de separação e purificação ficou conhecido pelo nome do cientista que havia comprovado a existência daqueles organismos no leite “natural” e inventado como “purificá-lo”, Louis Pasteur, na segunda metade do século XIX. A modernidade, portanto, no tocante ao hábito de alimentar-se do leite, traduzia-se na sua pasteurização, purificando o leite, deixando-o saudável, eliminando os elementos de morte e promovendo a vida.

E a Campina Grande da década de 1930 parecia querer ser moderna. Pelos discursos dos diversos grupos que detinham certo tipo de poder na cidade – político, econômico, intelectual, religioso, dentre outros –, entrou em contato com aspirações e desejos de modernizar a cidade, tanto no tocante à sua infraestrutura, às suas ruas, às suas moradias, quanto no tocante aos costumes de seu povo. A palavra de ordem para esses grupos – administradores, políticos, comerciantes, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, juizes, clérigos –, parecia ser construir Campina como uma cidade grande, moderna, civilizada, europeizada – ou, na impossibilidade, ao menos forjá-la moderna, tendo como modelo o Rio de Janeiro, a capital federal, ou, ainda, o Recife, a capital regional do que então nascia como Nordeste.

A modernidade, entretanto, que se buscava em Campina Grande não podia ser a mesma que se vivia em cidades como Londres e Paris àquela época. Devido às especificidades de cada área, no tocante a vários aspectos da vida urbana, a ideia de modernidade foi vivida nesses ambientes de maneiras também específicas, locais. Elementos como o burburinho, o frenesi, o esbarrar na multidão em meio aos “milhares de encontrões” são geralmente vinculados ao ritmo social “avassalador e tenebroso”, mas, ao mesmo tempo, sedutor, da modernidade europeia. Elementos, entretanto, que não foram vividos nessa mesma intensidade nas cidades brasileiras àquele momento, posto que tais cidades não comportavam a multidão que havia na Paris ou na Londres de finais do século XIX.⁶

5 “Com o médico fiscal do leite”. *A Batalha*, Ano 1, n. 12, 3 de janeiro de 1935, p. 3.

6 Cf. Gervácio B. Aranha, “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: Alarcon Agra do Ó *et al*, *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*, João Pessoa, Ideia, 2003, p. 79-132. O autor monta um quadro representativo da modernidade europeia a partir de relatos de sociólogos, economistas, literatos e poetas sobre as cidades de Londres e Paris na segunda metade do século XIX, ressaltando

Para Aranha, por exemplo, que toma aqueles elementos como indispensáveis para a caracterização da modernidade, o próprio limite físico das cidades brasileiras do início do século XX, em especial das cidades nortistas, impedia que se experientesse no Brasil o mesmo ritmo social que se vivia na Europa. Para o referido autor, portanto, ao se falar da experiência brasileira nesse recorte, não se pode falar em modernidade, mas em elementos dessa decantada modernidade europeia que representavam os mais novos inventos, as mais recentes novidades produzidas pela técnica e pela ciência no tocante a vários elementos da vida urbana.

Refiro-me a certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam, por exemplo, nos transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros.⁷

Desta maneira, a ideia de modernidade no Brasil do início do século XX, conforme esse autor, esteve extremamente vinculada à ideia de modernização,⁸ vislumbrando o desenvolvimento técnico e científico de maquinarias do conforto que eram ditas pelos grupos letrados como o que havia de melhor, mais civilizado, mais moderno, mais “evoluído” em cidades como Londres e Paris, e ao redor das quais foi construído todo um discurso de deslumbramento e encantamento, fabricando-as como “seduções do mundo moderno”.

Essas seduções do moderno passaram para o imaginário social como conquistas materiais e simbólicas de valor universal possibilitando ver e dizer as cidades como modernas, independente do porte de cada uma. Isto significa dizer que “qualquer contato com um ou outro desses símbolos [...] possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou [...] em sintonia com o mundo civilizado”.⁹

Em Campina Grande, já haviam aportado algumas dessas seduções ao longo dos anos que iniciaram o século XX. A historiografia local aponta que Campina

o seu aspecto monstruoso, tenebroso e repugnante, na leitura de uns, e, ao mesmo tempo, sedutor e civilizatório, na leitura de outros. O autor ainda expõe alguns dados sobre tais cidades e o número de pessoas que aí moravam, comparando com as cidades brasileiras a fim de ratificar a sua tese de que estas últimas ficavam bem aquém das metrópoles européias no tocante ao número de habitantes. Assim, afirma que, em meados do século XIX, enquanto Londres abrigava oficialmente 2,3 milhões e Paris, mais de um milhão de habitantes, o Rio de Janeiro, capital do Império, habitava apenas 200 mil e o Recife, 50 mil. Na última década do século XIX, Londres já contava com 4 milhões de habitantes, enquanto isso, o Rio de Janeiro atingia os 500 mil. O Recife iniciou o século XX com 100 mil habitantes, atingindo os 200 mil apenas na década de 1920. Por sua vez, Campina Grande, objeto do presente texto, nessa mesma década, ainda não ultrapassava a casa dos 10 mil habitantes.

7 Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do norte*, p. 79.

8 Uso aqui o conceito de modernização tal qual entendo a partir de Geoffrey Barraclough, como o progresso da técnica e da ciência, aliadas à industrialização e à massificação de seus inventos no início do século XX, na construção de um mundo moderno. Cf. Geoffrey Barraclough, “O impacto do progresso técnico e científico”. In: Geoffrey Barraclough, *Introdução à história contemporânea*, 5 ed., Rio de Janeiro, Zahar, p. 43-63.

9 Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do norte*, p. 40.

entrou nos “trilhos do progresso” a partir de 1907, com a chegada do trem de ferro à cidade, elemento que possibilitou o contato maior com outras cidades, especialmente com a capital pernambucana.¹⁰ Com o trem, chegavam também correspondências, cartas, telegramas, jornais e revistas, bem como forasteiros, visitantes de outras cidades “mais adiantadas”, que traziam na bagagem ideias, conhecimentos, experiências, notícias, tendências e novidades do mundo civilizado.

A exaltação do trem como elemento que carrega consigo a modernidade e a civilização está presente em vários discursos do início do século XX em Campina Grande. Os jornais que aí já circulavam trazem alguns exemplos.

No trecho a seguir, recortado do periódico *O Campina Grande*, de 1909, o cronista José Peixoto tece considerações acerca de alguns costumes dos homens do sertão paraibano. Costumes estes que, sob o seu olhar, parecem estranhos, exóticos, até mesmo, atrasados.

Segundo o cronista, um acontecimento “trivial”, como uma eleição, por exemplo, “tem a magnetica força de insuflar no sangue desses caboclos tostados de sol uma alegria toda sincera”. Relata ainda que outros costumes mais usuais também falam à alma dos “habitadores das regiões sertanicas com mais fulgor” do que falam “aos espíritos educados dos povoadores de outras zonas”.

E facilmente explica-se esse phenomeno que, segundo penso, terminará de todo quando a grande força civilizadora do seculo - á locomotiva - acordar com os seus berros estupendos todos os seres vivos dessas paragens semi-selvagens.

E' que Ella, semelhante a imprensa, leva nas suas entranhas de aço todas as idéas progressivas da actualidade, todos os ensinamentos necessarios a educação do povo.

Esperemos por esse dia.¹¹

Para Peixoto, os sertões são vistos como “paragens semi-selvagens”, produtoras, assim, não de homens, sujeitos possuidores de racionalidade, tal qual defendido pelos discursos modernizantes, mas de “seres vivos semi-selvagens”, de “caboclos tostados de sol”, possuidores de hábitos e costumes estranhos, que se vestem com “roupas mais ou menos exdruxulas (sic)”.

Para ele, portanto, a locomotiva representava a chegada da modernidade, a civilização, a educação iluminada, a “grande força civilizadora do século” cujos “berros” eram “estupendos”. Só com o advento do trem é que seria possível transformar,

10 Neste sentido, também cf. Epaminondas Câmara. *Datas campinenses*, Campina Grande, PB, Caravela, 1998; Ronaldo Dinoá, *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande, PB: A União, 1993 (2 vols.); Eliete de Queiróz Gurjão, *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande*, Campina Grande, PB, Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000; Rômulo de Araújo Lima, “A burguesia comercial em Campina Grande”, *Grão*, Publicação do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB, ano 1, n. 3, julho/agosto de 1985; Josemir Camilo de Melo, “O trem e o crescimento de Campina Grande”, In Maria José Silva Oliveira et José Edmilson Rodrigues (orgs.), *Memórias da Modernidade Campinense - 100 anos do trem Maria Fumaça*, Campina Grande, PB, Gráfica Agenda, 2007; Cristino Pimentel, *Pedaços da história de Campina Grande*, Campina Grande, PB, Livraria Pedrosa, 1958; Lino Gomes da Silva Filho, *Síntese histórica de Campina Grande: 1670-1963*, João Pessoa, Grafset, 2005; Ailton Elisiário de Sousa, “Maria Fumaça: o sonho de Cristino”, In Oliveira et Rodrigues (org.), op. cit., 2007.

11 “Idéas minhas IV”. *O Campina Grande*, Ano II, n. 20, 7 de março de 1909, p. 3.

segundo a óptica de Peixoto, o semi-selvagem em civilizado, o “caboclo tostado de sol” em “espírito educado”.

E Peixoto não estava sozinho na circulação desse discurso. Diversos outros grupos sociais, dentre políticos, intelectuais, médicos e cronistas, exaltavam a maquinaria ferroviária como símbolo do advento do moderno em Campina Grande. Daí o hábito que se instaurou em alguns de estar presente a cada chegada do trem à estação, contemplando, assim, o moderno, dia após dia. Lino Gomes, por exemplo, pelas páginas de *O Campina Grande*, relata que era um dos que faziam questão de ir todas as tardes à estação para presenciar a chegada do trem.¹²

Em carta escrita à redação do mesmo periódico, Themistocles Nóbrega, da cidade de Mulungu, exaltava o crescimento de Campina Grande naquele ano de 1909, conclamando aos responsáveis pelo jornal que continuassem trabalhando em favor da cidade no sentido de conduzi-la ao “destino” inevitável a que estava “fadada” – o progresso, intelectual e material.

Hoje Campina tem dentro de seus muros o maior factor do progresso – A Locomotiva, – portanto, com patriotismo, força de vontade e união ella em poucos anos estará collocada no logar em que a natureza e o destino a designou.¹³

Além do trem,¹⁴ aportaram na cidade, nas primeiras décadas do século XX, como seduções do mundo moderno, o telégrafo, o automóvel (1914), o cinema (1909), a telefonia residencial (1918), a primeira prensa hidráulica (1919), a luz elétrica (1920), dentre outros elementos cujos desembarques em Campina Grande são mais difíceis de serem datados.¹⁵

E, naquele ano de 1935, havia acabado de chegar à cidade outro elemento do mundo moderno, uma invenção da técnica científica que permitia extrair os microorganismos patogênicos existentes no leite e deixá-lo “puro”, livre de contaminações, livre das doenças, livre da morte. A promoção da saúde e da vida e o afastamento das doenças e da morte eram o que a modernização da técnica do tratamento científico do leite permitia aos habitantes de Campina Grande quando nesta cidade instalou-se a Usina de Higienização e Pasteurização de Leite, em 21 de setembro de 1934.

Pertencente à firma de automóveis Oliveira, Ferreira & Cia., a Usina de Higienização e Pasteurização de Leite localizava-se à rua Quintino Bocaiúva, distante do centro comercial da cidade. Para atender aos seus clientes, a empresa tratou de adquirir um estabelecimento à praça Epitácio Pessoa, a que deu o nome Laiteria Celeste, que vendia o leite pasteurizado pela usina no outro extremo da cidade. O leite purificado, assim como seus derivados, como manteiga e queijo, também podia

12 “Na Estação”. *O Campina Grande*, Ano II, n. 16, 7 de fevereiro de 1909, p. 2-3.

13 *O Campina Grande*, Ano II, n. 27, 25 de abril de 1909, p. 4.

14 Para um estudo mais detalhado sobre o aspecto civilizador do trem de ferro no início do século XX, cf. Gervácio B. Aranha, *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, PB, EDUFPG, 2007.

15 Cf. Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do norte*, e Lino Gomes da Silva Filho, *Síntese histórica de Campina Grande: 1670-1963*, João Pessoa, Grafset, 2005.

ser entregue em domicílio, por meio de veículos a tração animal ou automóveis da própria firma. Assim, a Oliveira, Ferreira & Cia., que já era responsável pela comercialização de automóveis na cidade, ficou também encarregada da higienização, purificação e venda do leite pasteurizado. Agenciou em si, portanto, dois símbolos do mundo moderno e civilizado: a velocidade e a purificação.

O trabalho desenvolvido pela Usina na pasteurização do leite ganhou ainda mais destaque em Campina Grande quando, por ato do executivo municipal, o Ofício n.º 401, de 1935, houve a concessão exclusiva da venda e comercialização do leite e de seus derivados para a usina ligada à Oliveira, Ferreira & Cia. Este ofício, expedido pelo sr. Antonio Pereira Diniz, promotor municipal e prefeito da cidade desde julho de 1934, concedia, desta maneira, total controle da venda de laticínios higienizados à Usina de Pasteurização, proibindo, por outro lado, o comércio do leite realizado por qualquer outro meio senão o que passasse pela purificação da fábrica localizada na Quintino Bocaiúva.

O Ofício do Poder Municipal n.º 401, portanto, pretendeu impor a Campina Grande mais esta “sedução do moderno”, por meio da consolidação de uma forte aliança entre os atos normativos legais e o discurso médico-científico. Higienizando o leite por meio da moderna técnica, estava informado por um conhecimento científico que identificava a existência, em sua “forma natural”, de microorganismos responsáveis por doenças e morte, inclusive pelo grande mal do século XIX, que, na década de 1930, ainda afligia os “grandes centros civilizados”: a tuberculose. Assim, poder político, técnica e conhecimento científico foram articulados para a formulação da norma e da proibição contidas no ato do executivo municipal, estabelecendo que estava a cargo da Usina de Pasteurização a higienização do leite e da Laiteria Celeste a comercialização do mesmo, e a venda do produto não pasteurizado, por qualquer outro sujeito, dono de algum dos estábulos existentes na cidade, estava proibida.

Se a ciência havia comprovado que algumas doenças tinham origem no leite natural, “cru”, e que a pasteurização do mesmo afastava esse perigo dos corpos, nada mais “altruístico” para um governo querer eliminar os vetores patogênicos do cardápio de seu povo, objetivando que as pessoas viessem a consumir o produto purificado, contendo nele apenas os nutrientes que fortalecessem o organismo, e não os que o debilitassem. Neste sentido, o ofício também se coadunava com o objetivo da construção de um novo corpo para as pessoas, um corpo saudável, trabalhador, atlético, produtivo, enfim, um corpo moderno.

Aqui, enuncio uma outra leitura do moderno nas cidades brasileiras do início do século XX. Se, como já afirmei há alguns parágrafos, o moderno se constituiu como modernização, ou seja, primando pela inovação da técnica sobre alguns elementos produzidos discursivamente como emissores dos signos da modernidade, tenho, então, que analisar em quais aspectos determinados objetos, para além do mero desenvolvimento técnico, foram vistos e ditos como símbolos da modernidade, possuidores de um “encanto moderno”. Isso me leva a problematizar a visão de modernidade com que trabalhei um pouco antes, especificamente, a que enunciava que nas cidades brasileiras daquele período não se poderia falar em modernidade, mas apenas em aspectos e “seduções” do moderno.

Como afirmei naquela ocasião, ao estudar as cidades de Parahyba do Norte e de Campina Grande, nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Aranha enuncia que a modernidade, tal qual aconteceu nas principais metrópoles europeias daquele período, Londres e Paris, não ocorreu em nenhuma cidade brasileira, muito menos nas paraibanas, especialmente devido ao que ele denomina de “limite físico” destas cidades, que não contavam com um contingente populacional tão elevado quanto as europeias. Para ele, portanto, a introdução de certas “maquinarias do conforto”, ou “seduções do mundo moderno”, é que proporcionaria o “ar de modernidade” desejado às cidades “fisicamente limitadas” do Brasil por seus grupos letrados locais.

Cabe, aqui, ressaltar uma particularidade dessa visão do autor, que diz respeito diretamente ao olhar que ele lança sobre essa temática.

A princípio, é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais européias do período oitocentista. Conforme demonstro [...], há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar.

Assim, na impossibilidade de pensar a experiência urbana nortista, em seu vínculo com a ideia de vida moderna, a partir dos chamados ritmos sociais, resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno.¹⁶

Ao explicitar a sua maneira de trabalho, Aranha expõe o seu olhar sobre o objeto, enuncia a partir de que visão sobre a modernidade ele constrói a sua narrativa, que porta de entrada ele acessa para se introduzir na discussão sobre o moderno. Esse olhar é apresentado tomando por elemento caracterizador da modernidade o que o autor chamou de “ritmo social”, que, segundo ele, apresenta-se pela “pressa”, ou seja, o ritmo social das cidades europeias caracterizava-se pela ideia de “vida agitada e/ou ritmo frenético”, pela rapidez, pelas multidões se esbarrando nas ruas, o frenesi. “Um ritmo típico de cidades que têm pressa”.¹⁷

É, portanto, adotando, como elemento caracterizador da modernidade o “ritmo social” – a cujo elemento são atribuídas algumas noções que dão sentido de agilidade e transformações rápidas, como velocidade, frenesi, pressa, corre-corre, burburinho –, que Aranha classifica o mundo moderno. É, desta maneira, buscando pelos ritmos sociais específicos de cada cidade que trabalha em seu texto – Paris, Londres, Rio de Janeiro, Recife, Parahyba e Campina Grande –, que Aranha classifica e institui a (in)existência de modernidade nesses espaços.

Assim, o olhar de Aranha sobre o mundo urbano é um olhar que elege um elemento como determinante na configuração de uma cidade como moderna. O elemento que aparece na base de sua classificação é o ritmo social, que ele constrói como apressado e frenético, tomando por modelo as cidades de Londres e de Paris. Se nas demais cidades os ritmos sociais se dão em menor intensidade, então tais

16 Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do norte*, p. 79.

17 *Ibid.*, p. 80.

idades não experienciaram a modernidade “em si”. É o que acontece com suas análises sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Para ele, o “limite físico” das cidades brasileiras impede de falar em modernidade aí, pelo menos em modernidade como o conceito que o próprio Aranha estabelece, como uma experiência caracterizada pelo ritmo social avassalador. Sua análise, assim, recai num olhar classificatório que toma como experiência urbana moderna apenas aquela ocorrida na Europa devido à “multidão monstruosa” que propiciava o ritmo social “característico” da modernidade, enquanto todas as demais experiências urbanas que não se adéquam ao ritmo social daquelas duas cidades não podem ser tomadas como experiências modernas.

Aranha, desta maneira, enuncia que nessas cidades onde não se pode falar em modernidade, pode-se tão só falar no advento das “seduções do mundo moderno”, que, segundo ele, são “novidades vindas do estrangeiro”, “conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno”.¹⁸ Ou seja, “maquinarias”, objetos materiais inventados pela técnica, como trem, luz elétrica, telégrafo, sistemas de encanamento de água, esgotamento etc. Sua análise, portanto, destaca a modernidade em sua dimensão material, abordagem que detém o primado da análise. Seu conceito de modernidade torna visível a modernidade apenas em sua concretude material, exigindo uma total correspondência entre palavras e coisas, entre conceito e mundo, entre representação e realidade. Não sendo, assim, verificáveis no mundo material essas articulações entre teoria e empiria, o conceito não se aplica, portanto, não há que se falar em modernidade em tais situações, permitindo-lhe tão só dizer que há um “ar de modernidade”, aspectos do moderno, ao serem adquiridas “seduções do mundo moderno” - elementos que são, basicamente, materiais.

É olhando pela dimensão material da modernidade que Aranha institui o seu conceito de seduções do moderno e de mundo civilizado. É dando destaque, portanto, às maquinarias produzidas pela modernidade que o autor enuncia o seu olhar sobre o tema, um olhar que analisa como algumas práticas culturais são modificadas ou mesmo inventadas com o advento dessas maquinarias materiais do mundo moderno.

A porta de entrada na discussão de modernidade que proponho, entretanto, é outra. Os elementos que elegi para construir o meu próprio olhar sobre o mundo moderno não são o ritmo frenético, o que me levaria talvez a uma conclusão semelhante à de Aranha. Os elementos que elegi para construir esse olhar têm menos relações com a dimensão material e mais com a dimensão simbólica que rege determinados discursos que circulam na sociedade e informam as ações humanas em suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. São discursos que acabam também por se materializar no sentido de que elaboram enunciados, verdades e regras sociais gerais de acordo com as quais as pessoas devem ser regidas.

Assim, discuto a modernidade em Campina Grande tomando outra porta de entrada, para além da dimensão material que viu o advento da locomotiva, do automóvel, da luz elétrica etc. Escolho como norteadora deste texto a concepção de modernidade tomada a partir de sua relação com a filosofia do Iluminismo do século

18 Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do norte*, p. 79.

XVIII - base sobre a qual se construiu a ciência moderna que, dentre outras coisas, legitimou a superioridade do homem e pretendeu promover a sua “maioridade”, a necessidade de ele, por meio do acesso ao dito “conhecimento verdadeiro”, o científico, tornar-se capaz de subjugar os elementos do mundo à sua vontade, colonizando-os, modificando-os, (re)produzindo-os.¹⁹ Com este intento, a ciência informada pela Ilustração promoveu destilações, purificações, pretendendo distanciar elementos que passou a ver e dizer como antagônicos, binários, opostos irreconciliáveis, como cultura e natureza, humano e não humano, cidade e campo, ciência e religião, racionalidade e irracionalidade, cérebro e corpo.²⁰

Inventando tais opostos, a ciência moderna pretendeu exercer mais fortemente uma tecnologia de poder, submetendo-os a uma interpretação informada pela racionalidade humana, elaborando enunciados que visavam justamente estabelecer a verdade sobre eles e, desta maneira, mantê-los sob controle e vigilância do conhecimento científico ilustrado. Tal controle, portanto, pretendeu opor cada vez mais os elementos dicotomizados, cartografando espaços próprios para cada um e lutando contra as oposições e as misturas, estabelecendo as suas verdades e exigindo aceitação por parte de todos. Viver o dia a dia urbano não se comportando de acordo com essas verdades acarretava ao sujeito ser dito e tido como “atrasado”, “ignorante”, “bárbaro”, “incivilizado” ou qualquer outro adjetivo menos valoroso, como “caboclo tostado de sol” ou “semi-selvagem”, conforme as palavras de José Peixoto, citadas no início deste artigo.

Qual leite Miquilina deve beber sem borrar as calças?

Já citei também o sr. Lino Gomes, que tinha o costume de ir todas as tardes à estação para presenciar a chegada da locomotiva. Permita-me agora voltar a ele, especificamente a uma crônica que publicou no jornal de Gilberto Leite e Protásio Sá, para que o leitor desde já entre em contato com a leitura dicotômica lançada pelo conhecimento produzido na modernidade.

Lino Gomes relata que, naquele ano de 1909, numa de suas constantes idas à estação, não pôde deixar de notar a presença de um sujeito vestido de “calças azues, camisa de algodão, pés nas alpercates e chapéu de couro”, que esperava o trem das 18h10. Aquele sujeito Gomes identificou como sendo o “rude certanejo [sic] José Miquilina, que nunca tinha visto a locomotiva”. A expectativa desse “rude sertanejo” e sua impressão do trem são o tema principal da crônica.

Lino Gomes constrói a figura de Miquilina como sendo um sujeito em que várias emoções se confundem. Ansioso e apreensivo pela oportunidade de finalmente ver o trem, Miquilina, entretanto, sob o olhar de Gomes, parece mais dominado pelo medo e pelo desconforto, visível através de seus “olhos abugalhados [sic]”, por olhar

19 Cf. Michel Foucault, “O que são as Luzes?” In: Michel Foucault, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (seleção e organização dos textos por Manoel Barros da Motta), 2 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005, p. 335-351 (Ditos & Escritos, vol. II); Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento, 1998.

20 Bruno Latour, *Jamais fomos modernos* [trad. Carlos Irineu da Costa], Rio de Janeiro, 34, 1994, 152 p.

constantemente para toda parte e por espantar-se “do menor rumor que surgia-lhe por traz”. Parecia estar ali por obrigação, e não por contemplação. Segundo relata, “observei logo no seu physico, que tratava-se mais de um assombrado do que de um visitante”.

Percebendo o desconforto de Miquilina, Gomes aproximou-se e foi conversar com ele, a fim de tranquilizá-lo e prepará-lo para a visão que teria dali a alguns poucos momentos. Tentou fazê-lo ver que o trem é apenas uma “machina grande movida pela pressão da agua e do fogo”, e não um “fantasma”, como parecia o sertanejo crer. Mas foi só ouvir o “berro” e ver o trem chegando, a três quilômetros ainda da estação, que Miquilina desesperou-se, tendo que Gomes segurar-lhe no braço para que não se evadisse da estação no mesmo momento. Diz que gritava: “Misericordia, meu Deus!! Ou que bicho feio e cumprido; o bicho está roncando i si [sic] mijando todo”; e que, vendo os postigos das portinholas abertos, gritava: “Ave Maria! o bicho é tão mago, que conta-se as costellas uma pa [sic] uma”. Cita ainda que, em meio a tudo isso, percebeu que as calças de Miquilina estavam “um pouco humidas pelo lado trazeiro, e despregava-se delle, um cheirosinho um pouco desagradavel”...

Quando finalmente Lino Gomes estava conseguindo convencer Miquilina que não havia risco, e este, que tremia “como vara verde”, tentava se recompor, a locomotiva silvou, fazendo com que o sertanejo caísse de costas, gritando “Valha-me o menino Jesus”.

Nesse momento, as pessoas ali presentes vaiaram solenemente a atitude do “rude” Miquilina, e alguns ficaram lhe soltando pilhérias como “o bicho te pega!” insuflando ainda mais o medo do sertanejo que, não mais sendo segurado por Gomes, levantou-se “mais rápido do que um touro”, voando por cima de uma cerca de arame, “onde deixou as trazeiras das calças e uma alpercate”, indo se esconder num capoeirão a dois quilômetros da estação.²¹

Como interpretar esse relato de Lino Gomes sobre um final de tarde inusitado na estação ferroviária de Campina Grande naquele ano de 1909?

Deixe-me indicar alguns caminhos de sentido. Primeiro, sobressaem-se na fala dois comportamentos diametralmente opostos, o de Miquilina e o de Lino Gomes. Enquanto aquele demonstra insegurança, desconforto e, ao avistar a locomotiva, temor e desespero, Gomes é narrado como tendo estado o tempo todo calmo, sereno, centrado, estando ali na estação não por obrigação, mas para contemplar a chegada do trem. É por entender “melhor” do que se trata a “grande machina” que Gomes se vê na obrigação de explicá-la a Miquilina, tentando acalmá-lo, tirar-lhe o pavor que o consumia, o que, porém, resulta num fracasso tremendo. As calças úmidas e borradas que o digam...

Lino Gomes, portanto, mesmo usando de argumentos os mais diversos para que Miquilina não temesse o trem, falha em seu intento. Toda a racionalidade científica de que lança mão para fazer o sertanejo ver na locomotiva o elemento simbólico da vida moderna acaba se esvaindo no ar, não sendo compreendido por aquele sujeito que continuava a vê-la como algo monstruoso, contra a qual só poderia se salvar apelando à religiosidade.

21 “Na Estação”. *O Campina Grande*, Ano II, n. 16, 7 de fevereiro de 1909, p. 2-3.

Por outro lado, a ênfase dada por Lino Gomes às vaias que Miquilina levou de todos os demais presentes na estação quando perceberam seu temor é outro ponto que ganha destaque na narrativa. Ela dá a ler que todos ali compreendiam e contemplavam o trem em seu aspecto de modernidade, exceto Miquilina. O sertanejo, assim, estava realmente só em meio à multidão, pois era o único que temia em vez de admirar, era o único que, mesmo com toda a explicação racional de Lino Gomes, não compreendia o valor da máquina de ferro. Era o único que não partilhava do olhar geral que se tinha a respeito do trem. Era o único espírito não educado, não civilizado, não iluminado, que temia e rejeitava o moderno e, ante esse temor, em vez de usar-se da razão, apelou para a religião. Era aquele cujo próprio corpo denunciava-lhe como não moderno. Era, portanto, apenas um “rude”.

Lino Gomes representa, por outro lado, o “espírito educado”, o homem urbano, civilizado, aquele que tem familiaridade com o moderno, o homem que contempla a modernidade, o que se utiliza da razão para ver e ler as coisas do mundo, enquanto Miquilina é o homem “rude”, o sertanejo, o “caboclo tostado de sol” ou o “semi-selvagem”, aquele avesso ao moderno, aquele que ainda recorre à religião para explicar o mundo e que não compreende a razão científica como norteadora de novos caminhos.

É por não se enquadrar no ideal de sujeito que a modernidade pretende construir que Miquilina é visto como um rude, um incivilizado, um medroso, um borrador de calças. É por não se adequar que é vaiado por todos os “civilizados” que usam da razão e caçoam daqueles que são movidos pela emoção ou pela religião. É por não conseguir compreender o moderno que Miquilina é construído por Lino Gomes como alguém tão só, um sujeito que tende a ser cada vez mais raro, que, pelo pensamento de José Peixoto, tende a desaparecer quando a “força civilizadora do século, a locomotiva” despertar-lhe com seus “berros estupendos”. Miquilina, portanto, apesar de ter ouvido – e bem alto – os berros da locomotiva, não despertou. Continuou dormindo para o mundo moderno racional e científico. Não havia, portanto, constituído-se em um corpo moderno, tal qual o pretendido pelos discursos modernizantes.

Mas, diferentemente do que Lino Gomes leva a crer, Miquilina não estava realmente só. Reações a algumas atitudes de modernidade na cidade houve durante todo o recorte selecionado para este artigo, sendo tais sujeitos também vistos como rudes, ignorantes, incivilizados, semi-selvagens e, até mesmo, “burros” – e agora me permita retornar ao litígio do jornal *A Batalha* com o dr. Diógenes Miranda.

A pasteurização, em 1935, representava o tratamento do líquido em seu aspecto mais moderno, de acordo com os elementos atribuídos à dimensão material e simbólica da modernidade: a purificação laboratorial por meio da separação dos não humanos a fim de afastar o perigo à vida que provocavam os microorganismos nele presentes²²; bem como a valorização do leite pasteurizado como sendo aquele que, tendo afastado os micróbios, continha apenas os nutrientes indispensáveis para a constituição de um corpo saudável, robusto, forte, atlético, moderno.²³

22 Cf. Latour, *Jamais fomos modernos*.

23 Cf. Alain Corbin. “Gritos e cochichos”, In: Michelle Perrot (org.), *História da vida privada – da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, vol. 4, p. 562-611.

O ofício municipal proibindo a venda de leite não pasteurizado emergiu também num contexto em que o Estado passou a chamar para si o poder de vida e de morte sobre os moradores de Campina Grande. O poder de evitar a morte, impedindo que seus “súditos” fizessem ingestão de um alimento contendo seres patogênicos, e o poder de prolongar a vida, debruçando-se sobre o leite com a técnica mais moderna de purificação que, entretanto, não lhe extraíam os nutrientes indispensáveis para a boa constituição orgânica dos sujeitos - vistos então não em sua individualidade, mas como um corpo amorfo e homogêneo, um macro-corpo social, a “população”.²⁴

O Estado, assim, legitimando-se como agindo em defesa da sociedade, agiu sobre diversos hábitos e costumes da população, mas não tal qual agia disciplinarmente, sobre corpos individuais.²⁵ A nova faceta do poder estatal se deu sobre o macro-corpo populacional inventado com o nascimento da biopolítica, sobre o homem-espécie, cuja tecnologia de controle deu-se por meio de uma regulamentação.

O biopoder, assim, por meio da regulamentação, pretendeu exercer sobre o homem-espécie a capacidade de otimizar a vida, encompridá-la, adiando a morte. Aumentar a taxa de natalidade e diminuir drasticamente a de mortalidade - tal intento implicou diretamente em agir sobre hábitos e costumes da população, especialmente sobre aqueles que podiam, de alguma maneira, antecipar a morte.

Isso implicou até mesmo em uma (in)gerência sobre os hábitos alimentares da população. Esta deveria ser proibida de alimentar-se de maneira “errada”, prejudicial, que pudesse provocar a doença ou a morte. O poder regulamentar, portanto, partindo do Estado, passou a interferir nos hábitos alimentares, permitindo alguns alimentos e proibindo outros.

Em Campina Grande, o Ofício n.º 401, de 1935, parece-me uma expressão desse poder regulamentador de fazer viver, dessa pretensão de controlar o hábito alimentar da população, permitindo-lhe ingerir apenas o leite pasteurizado, devido à presença única de nutrientes que ajudariam na constituição de um sujeito moderno e saudável, enquanto, por outro lado, proibia-lhe a ingestão do líquido não purificado, do líquido repleto de microorganismos responsáveis pela doença e pela morte. Tal poder, assim, dialogando com diversos elementos simbólicos de uma atitude de modernidade, encontrou respaldo legal na cidade de Campina Grande através do ofício expedido pelo prefeito Antonio Pereira Diniz que regulamentava a higienização e a venda do leite no meio urbano, permitindo apenas a venda do líquido purificado, que prolongava a vida, e proibindo a venda do líquido não pasteurizado, que antecipava a morte.

A publicação do Ofício n.º 401, portanto, trazia em suas entrelinhas a ingerência do biopoder sobre o corpo do homem-espécie como mais uma atitude de modernidade. Uma atitude que desembocava na defesa à vida e à saúde do homem produtivo, na tentativa de afastar a improdutividade dos corpos doentes gerados pela ingestão de micróbios patogênicos presentes na alimentação.

24 Cf. Michel Foucault, *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)* [trad. Maria Ermantina Galvão], São Paulo, Martins Fontes, 2000.

25 Cf. Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 2004.

Na fundamentação que Antonio Pereira Diniz fez para justificar o seu ofício, usou justamente a “alta taxa de mortalidade infantil” constatada na cidade,²⁶ que, no seu discurso, aparece como sendo provocada pela ingestão de leite não pasteurizado pelas crianças.

Isto se devia a que, neste período, não era comum o hábito contemporâneo do aleitamento materno, que só viria a tomar fôlego algum tempo depois. As crianças, em geral, mesmo infantes, eram alimentadas com leite de vaca, ação que começara, há alguns anos, a se constituir interpretativamente enquanto causa da alta taxa de mortalidade infantil constatada em todo o Estado da Parahyba.

Em 1911, por exemplo, o presidente do Estado, dr. João Lopes Machado, referindo-se à capital Parahyba do Norte, fez a seguinte denúncia em sua Mensagem à Assembleia:

Entre nós, ao lado dos factores geralmente conhecidos, como a miseria organica e a falta absoluta de hygiene na classe ignorante da sociedade, um facto deve ferir a attenção dos clinincos desta capital. Refiro-me a alimentação das creanças pelo leite de vacca [...] o perigo está na presença anomala de principios extranhos naturalmente irritantes, provenientes do habito de se alimentar as vaccas com o caroço de algodão. É vulgarmente sabido que os animaes da raça bovina que ingerem diariamente grande quantidade desta semente, ficam com os tecidos saturados e impregnados de um odor sui generis, denunciador da presença do oleo drastico, que existe em grande quantidade nas referidas sementes. Facil, então é ligar-se o grande numero de casos de gastro-enterites que victimam annualmente consideravel proporção de creanças entre nós, ao leite de vacca que contem grande proporção daquelle óleo.²⁷

Anos mais tarde, os dois polos do debate, iriam se apropriar dessa denúncia para tecer críticas a certos comportamentos e para defender seus posicionamentos quanto à manipulação do leite.

A *Batalha* interpretou a fala de Machado como não sendo uma denúncia contra o costume de alimentarem-se as crianças com leite de vaca não pasteurizado, mas contra o hábito de alimentarem-se as vacas com caroço de algodão, que degeneraria os tecidos e, conseqüentemente, o leite extraído desses animais, provocando doenças naqueles que bebessem tal leite contaminado. Partindo dessa interpretação, o jornal defendeu, portanto, que a contaminação do leite não se dava no transporte do líquido, mas na sua fonte produtora, e que o que deveria caber ao médico fiscal seria apenas a tarefa de examinar as vacas nos estábulos para saber quais delas estariam em “condições de produzir leite saudável, fazendo retirar as que não, para que, desta forma, pudesse ser o leite vendido diretamente no copo para tais pessoas”.²⁸

26 Para maiores informações sobre as chamadas “doenças de primeira idade” no período aqui recortado, cf. Valdecir Carneiro da Silva, *A mortalidade na infância da cidade da Parahyba, 1897 a 1912*, Dissertação de mestrado, João Pessoa, UFPB/CCS, 2002.

27 Mensagem Presidencial do dr. João Lopes Machado, 1911, p. 31-32.

28 “Em torno do Ofício do Poder Municipal n. 401”. *A Batalha*, Ano 1, n. 17, 6 de fevereiro de 1935, p. 3.

Pereira Diniz, por sua vez, estrategicamente fez uso apenas das taxas de mortalidade infantil e do discurso que vinculava tais taxas à ingestão de leite cru para fundamentar a ingerência do executivo municipal na proibição da venda desse produto não pasteurizado em Campina Grande. Bem como, ainda lançou mão de comparar a cidade que governava às grandes cidades do país, anunciando-o como elemento de progresso e modernidade: “Tem sido entusiasticamente aceito o leite pasteurizado, nas cidades mais adiantadas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife”.²⁹

As críticas à forma com que agiu a prefeitura nessa matéria, entretanto, não tardaram. Alguns, como o bacharel campinense Ascendino Moura, pelas páginas de *A Batalha*, questionaram a própria constitucionalidade do ato expedido pelo prefeito, clamando pela restauração do direito anterior, dando, assim, a oportunidade de se optar entre o leite pasteurizado e o não pasteurizado³⁰. Outros, nesta mesma esteira, condenavam não o ato em si, mas o trabalho “mal feito” que a Usina vinha desenvolvendo. Há notas veiculadas pelo jornal de Arlindo Corrêa que denunciavam que a purificação era nada mais que um belo “conto do vigário”, e que a empresa fornecia à população um produto de péssima qualidade. A própria localização da usina, à rua Quintino Bocaiúva, dava ensejo a reclamações: além da “porcina existente nas proximidades da usina”³¹, ali bem próximo encontrava-se o Cemitério do Carmo, que havia sido construído no início do século XX, seguindo normas de higiene que exigiam a localização de cemitérios fora do perímetro urbano, a fim de que os miasmas que dele exalasses não contaminassem a cidade. Estando tão próxima assim do cemitério, posso supor que as pessoas pensassem que a própria usina estava passível de receber tais miasmas oriundos do campo santo, comprometendo o trabalho de purificação do leite que ali era pasteurizado, num período em que, apesar de já vingar a teoria bacteriológica, a miasmática ainda persistia no imaginário, especialmente entre os populares.

Para aqueles que defendiam o Ofício n.º 401, e, portanto, defendiam a proibição da venda de leite não pasteurizado, os ataques ao ato do prefeito pareciam ser atos de ignorância quanto aos avanços e às “descobertas” do mundo médico e científico. A este grupo, em que se inclui o dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite desde a publicação do ato, as reclamações demonstravam apenas que muitos pareciam não conseguir compreender a importância da purificação do alimento, da eliminação dos microorganismos patogênicos nele presentes, e continuavam insistindo em manter hábitos e costumes atrasados, incivilizados e bárbaros, quanto beber leite cru.

Para o dr. Diógenes Miranda, portanto, os defensores do leite não pasteurizado não entendiam o avanço da técnica científica representada pela pasteurização e insistiam num estágio inferior da evolução das sociedades humanas. Para ele, não

29 Ibid., p. 3.

30 Ibid., p. 3. Em seu artigo escrito para o jornal de Arlindo Corrêa, o bacharel ataca a legalidade do ofício baseando-se na Constituição então vigente. “Houve alguma lei que autorizasse o Prefeito local, a fazer a concessão de pasteurização do leite em Campina Grande? [...] É ou não inconstitucional o ato do Prefeito concedendo o privilégio aludido, SEM LEI ESPECIAL QUE O AUTORIZASSE? Há ou não fundamento para um mandado de segurança?...”.

31 “Em torno da questão do leite - uma declaração surpreendente”. *A Batalha*, Ano 1, n. 17, 6 de fevereiro de 1935, p. 3.

adiantaria tentar convencer esses “rudes” sujeitos, pois eles não teriam capacidade de entender os avanços da modernidade nem os vendo com os seus próprios olhos. Esses seriam sujeitos que, ignorantes no campo da ciência moderna, teriam receio em avançar na evolução e prefeririam manter-se estagnados e, pior ainda, manter toda a sua sociedade estagnada, impedindo que o moderno ali se instalasse. Seres rudes, ignorantes, teimosos, semi-selvagens... seres “burros”.

Sujeitos que, tal qual o Miquilina de Lino Gomes 26 anos antes, não seriam capazes de entender o mundo moderno e o temeriam; sujeitos que, ante a modernidade, fugiriam assustados; sujeitos que tentavam barrar as forças civilizadoras de instalarem-se em Campina Grande; sujeitos que estariam impedindo Campina de tornar-se aquilo a que o destino e a natureza lhe haviam designado.

A visão sobre o outro, neste período histórico de Campina Grande, trata-o como esse ser ignorante, que não entende os “avanços” do mundo moderno. Entretanto, entre o rude Miquilina de Lino Gomes e os caboclos tostados de sol de José Peixoto, em 1909, e os burros de *A Batalha*, em 1935, lemos um pequeno deslocamento de olhar: em 1909, o alvo das críticas tecidas pelos letrados urbanos, o sujeito que geralmente está no papel de negar o moderno, é aquele que vem de localidades do Estado onde o mundo moderno ainda não se fez sentir, de cidades menores, menos povoadas, onde nenhuma “força civilizadora” chegou com seus berros impactantes. Este sujeito geralmente aparece nos jornais, independente de sua naturalidade, como sendo “o sertanejo”, “o caboclo”, “o homem rude”, aquele que não se adequa às inovações do moderno, aquele cujo próprio corpo antimoderno denuncia-lhe a “rudeza”, através de sua maneira de andar, de vestir, de comportar-se.

Já em 1935, os alvos das críticas são os próprios letrados locais, como cronistas e advogados, criticados também por não compreenderem o moderno, assim como criticavam os “caboclos tostados de sol” lá na primeira década do século XX. Neste período, entretanto, já se observam as críticas direcionadas a tais letrados locais sendo provenientes de um grupo que, lá em 1909 ainda não havia construído para si um lugar de poder institucionalizado, mas que, em 1935, ocupava lugares cada vez mais influentes em Campina Grande. Um grupo que vai lançar sobre esses letrados que se opõem aos seus projetos de modernidade olhar semelhante ao que os próprios letrados lançavam a Miquilina lá no início do século. Um grupo que vai selecionar os seus próprios Miquilinas a serem criticados por não aceitarem e adaptarem-se ao moderno: os médicos.

Considerações finais

Antes de encerrar este artigo, entretanto, gostaria de apontar uma outra leitura desse embate do leite da qual até agora ainda não tratei. Uma leitura do combate pelo direito de ingestão do leite que escapa às redes discursivas que o construíram como elemento da modernidade meramente pela questão da inovação da técnica científica que incidiu sobre ele, bem como que fuja também à análise do leite pasteurizado como o elemento que propiciava o alongamento da vida e o afastamento da

morte, pela purificação dos seres patogênicos em que nele havia. Proponho uma terceira via de significação, um exercício de descrição densa do evento, uma nova leitura que tome o embate do leite como questão simbólica da construção de Campina Grande como uma cidade moderna, civilizada, a partir da noção científica de modernidade a qual aqui exercito.

No momento em que analisei o decreto municipal estabelecendo que todo leite vendido em Campina Grande deveria ser pasteurizado e proibindo a venda de leite natural, disse estar aí presente um elemento do moderno que era o uso da técnica científica para separar os microorganismos nocivos à saúde e, assim, garantir às pessoas uma qualidade melhor de vida. Bem como, analisei o lugar do próprio Estado ao inserir-se na alimentação do povo, legitimando-se no papel de garantir a vida e evitar a morte. Isto não deixa de representar a intenção de construção de um corpo moderno, conforme então analisado, mas há aí também uma outra possibilidade de leitura da presença dos ideais de modernidade que posso apontar.

Beber leite diretamente extraído da vaca, “natural”, era um hábito do homem do campo, do mundo rural, visto que era nas fazendas onde a pecuária se desenvolvia. No meio urbano, por outro lado, não deveria haver lugar para a criação de vacas que pudessem dar leite natural a quem o quisesse beber. A cidade não deveria ser lugar para a pecuária – isto estaria relegado ao campo, ao meio rural. Permitir a comercialização de leite natural na cidade era permitir que a criação de gado continuasse a ocorrer dentro do perímetro urbano, o que ia de encontro aos projetos de modernidade pretendidos pelas elites urbanas.

Uma cidade moderna deveria, portanto, livrar-se de aspectos rurais e aceitar o moderno. Esse moderno, para além das questões já discutidas, foi construído como associado ao mundo e às atividades urbanas, dentre elas, o comércio, a indústria e as atividades liberais, como a advocacia e a medicina. Por outro lado, o mundo rural foi construído no sentido inverso, como espaço das atividades ligadas à natureza e à terra, do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A cidade como lugar do progresso e da técnica científica, o campo como lugar do atraso: uma dicotomização produzida pelos discursos modernizantes.

Campina Grande, desta maneira, para se tornar uma cidade moderna, deveria expurgar do seu seio urbano todos os elementos que a ligassem a um passado rural – mesmo que esse passado não estivesse assim tão distante, insistindo em incomodar o presente. E a proibição da venda de leite natural em seu território coadunava-se com este objetivo.

Assim, além de representar o que havia de mais moderno na técnica científica e proporcionar a eliminação dos elementos patogênicos que poderiam provocar doenças e morte, impedindo, desta maneira, a constituição de um corpo humano moderno, forte e saudável, a venda de leite pasteurizado e, mais propriamente, a proibição da venda de leite cru propiciavam também que esse produto fosse transportado com mais facilidade e segurança a grandes distâncias. Isso permitiria, portanto, que a pecuária se desenvolvesse fora do espaço urbano da cidade, visto que, se ocorresse dentro dela, iria lhe dar um aspecto rural, então ligado à imagem de atraso, dissonante com a pretensão de modernidade desejada pelas elites letradas.

Um dos aspectos mais fortes da modernidade em Campina Grande, desta maneira, consistiu em uma constante busca por produzir-lhe uma imagem de cidade contraposta à imagem de campo, tanto em seu aspecto urbano quanto em seu aspecto humano, de distanciar os elementos urbanos dos elementos rurais, a sociedade da natureza, o homem do animal, a ciência da superstição e do senso comum. O humano, por sua vez, mais moderno seria quanto mais distanciado e independente fosse da natureza, daí a leitura de que os “caboclos tostados de sol” da primeira década seriam inferiores ao homem da cidade, pois aqueles estariam ainda muito dependentes dos desígnios da natureza e não teriam alcançado ainda a maturidade moderna.

Assim, é na invenção de uma dicotomia que contrapõe cidade a campo e, desta maneira, o moderno, representativo do progresso urbano, ao tradicional, representativo do atraso rural, que foi sendo produzida uma sensibilidade moderna na cidade de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX.

É esta leitura dicotômica da sociedade, estabelecendo a modernidade como espaço da presença dos elementos ligados ao urbano, e da tentativa de silenciamento dos aspectos rurais, que caracterizará esse contexto e orientará vários dos discursos oriundos das elites intelectuais campinenses nos próximos anos.